

## GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA

**Estudo Técnico Preliminar 8/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: Subprocesso nº 33160

**2. Objeto**

2.1. A Instrução Normativa Nº 58, de 8 de agosto de 2022, que versa sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para aquisição de bens e contratação de serviços e obras na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como sobre o Sistema ETP digital, estabelece parâmetros essenciais para o planejamento das contratações governamentais.

2.2. Conforme o parágrafo único do Art. 3º desta instrução normativa, os estudos técnicos preliminares são definidos como o documento primordial na etapa inicial do planejamento de uma contratação, detalhando a necessidade em questão, as análises realizadas, as alternativas consideradas, e proporcionando embasamento para a elaboração do anteprojeto, termo de referência ou projeto básico, dependendo da viabilidade da contratação.

2.2.1. Da interpretação desse dispositivo, deduz-se que os estudos técnicos preliminares devem não apenas servir a outros propósitos, mas também descrever as possíveis alternativas para atender às demandas da administração, possibilitando a escolha da solução mais eficiente e adequada para alcançar os resultados almejados.

2.2.2. De acordo com o Art. 6º da mesma instrução normativa, os ETP devem enfatizar o problema a ser solucionado e apresentar a melhor alternativa dentre as possíveis, permitindo a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

2.3. Considerando tais premissas, constitui objeto deste estudo técnico preliminar analisar a melhor solução dentre as possíveis, do ponto de vista técnico, socioeconômico e ambiental, para Contratação de serviços continuados de limpeza, conservação e desinfecção, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e fornecimento de todo o material de consumo, insumos e equipamentos necessários das áreas críticas e áreas administrativas do Grupo de Saúde de Lagoa Santa (GSAU-LS).

2.4. Atualmente, a empresa ECOLOG Logística Sustentável e Facilities Ltda., inscrita no CNPJ nº 25.117.817/0001-75, com sede na Rua Itaqueri, nº 35, Alto da Mooca, São Paulo/SP, CEP 03178-000, telefone (11) 3181-0005 e e-mail licitacoes@grupoecolog.com.br, é a responsável pela execução dos serviços continuados de conservação e limpeza no Grupo de Saúde de Lagoa Santa (GSAU-LS), conforme disposto no Contrato nº 005/GAPLS – GSAULS/2025.

2.5. A vigência do referido contrato encontra-se prevista para encerramento em 02 de julho de 2026. Considerando que não há interesse da Administração Pública na renovação contratual, faz-se necessária a deflagração de novo

processo licitatório, com vistas à continuidade da prestação dos serviços essenciais, em observância aos princípios da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público.

### **3. Descrição da necessidade**

3.1. A saúde constitui direito social fundamental, assegurado pela Constituição Federal de 1988, decorrente do dever do Estado, conforme disposto nos artigos 5º, 6º e 196. No âmbito das Forças Armadas, esse dever é regulamentado pelo Decreto nº 95.512, de 2 de abril de 1986, que estabelece normas, condições de atendimento e indenizações referentes à assistência médico-hospitalar prestada ao militar e a seus dependentes.

3.2. Nos termos do inciso III do art. 3º do referido Decreto, a assistência médico-hospitalar compreende o conjunto de atividades voltadas à prevenção de doenças, conservação, recuperação da saúde e reabilitação dos pacientes, abrangendo não apenas os serviços médicos, odontológicos e farmacêuticos, mas também os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários à adequada prestação do atendimento em saúde. Nesse contexto, a limpeza, conservação e desinfecção dos ambientes constituem atividades essenciais e indissociáveis da assistência médico-hospitalar, uma vez que impactam diretamente a segurança do paciente, a qualidade assistencial e o controle de infecções.

3.3. O Grupo de Saúde de Lagoa Santa (GSAU-LS) é responsável por prover assistência médico-hospitalar aos militares da ativa, veteranos, pensionistas e seus respectivos dependentes vinculados à Guarnição de Aeronáutica de Lagoa Santa (GUARNAE-LS), composta pelas seguintes Organizações Militares: Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa (PAMA-LS), Grupamento de Apoio de Lagoa Santa (GAP-LS), Prefeitura de Aeronáutica de Lagoa Santa (PALS), Departamento de Controle do Espaço Aéreo de Lagoa Santa e Departamento de Controle do Espaço Aéreo de Confin. O público-alvo atendido perfaz aproximadamente 11.535 usuários, o que reforça a necessidade de manutenção contínua e rigorosa das condições de uso das instalações.

3.4. Para assegurar o pleno funcionamento da Organização Militar (OM) e o cumprimento de sua missão institucional, faz-se imprescindível manter todos os setores do GSAU-LS em condições adequadas de higiene, salubridade e conservação. A limpeza e desinfecção sistemática dos ambientes hospitalares e administrativos promovem a remoção de sujidades visíveis, a redução ou eliminação de microrganismos patogênicos e o controle da disseminação de contaminações biológicas, químicas e ambientais, mediante a aplicação de métodos químicos, mecânicos ou térmicos, em periodicidade adequada. Tais medidas são essenciais para a prevenção da proliferação de bactérias e outros microrganismos nocivos à saúde humana no interior das instalações de saúde.

3.5. Os serviços continuados de limpeza, conservação e desinfecção, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e fornecimento de todos os materiais de consumo, insumos e equipamentos necessários, abrangendo áreas críticas e áreas administrativas, mostram-se indispensáveis para garantir a qualidade ambiental e operacional das edificações, bem como o atendimento aos padrões de asseio e segurança exigidos para estabelecimentos de saúde.

3.6. A execução indireta desses serviços justifica-se pela ausência de efetivo militar especializado e suficiente para o desempenho dessa atividade nas Unidades Militares, além do amparo legal previsto no §7º do art. 10 do Decreto-Lei nº 200/1967, que recomenda a contratação de terceiros para a execução de atividades acessórias. Tal medida permite a liberação do efetivo militar para o desempenho de atividades finalísticas, evitando o desvio de função e promovendo maior eficiência administrativa e operacional.

3.7. Ressalta-se, ainda, que a interrupção dos serviços de limpeza e conservação acarretaria sérios transtornos ao funcionamento regular da unidade, comprometendo a prestação da assistência médico-hospitalar, as condições mínimas de saneamento e salubridade ambiental, bem como a preservação do patrimônio público.

3.8. Para atender a essa necessidade, foi elaborado planejamento detalhado, descrito no Caderno de Especificação Técnica, que contempla a identificação das áreas a serem atendidas, suas respectivas metragens, a frequência das atividades de limpeza e conservação, bem como a definição das tarefas a serem executadas semanalmente, garantindo a continuidade, a padronização e a qualidade dos serviços prestados.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Célula de Enfermagem	Paula Cristina Machado da Silva Soares - 1T QOCON ENF

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Os serviços objeto da contratação deverão ser executados em estrita conformidade com as especificações estabelecidas no Caderno de Especificação Técnica, o qual define detalhadamente os requisitos técnicos, as áreas a serem atendidas e a frequência das atividades necessárias para assegurar a manutenção contínua das condições adequadas de higiene, salubridade e conservação dos ambientes do GSAU-LS.

5.2. Além das exigências técnicas relacionadas à execução dos serviços, a contratação deverá observar os critérios de sustentabilidade, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, com a legislação ambiental vigente e com as boas práticas aplicáveis às contratações públicas, visando à otimização do uso de recursos naturais, à redução de impactos ambientais e à promoção de práticas ambientalmente responsáveis durante toda a execução contratual.

5.3. A empresa contratada deverá garantir a continuidade da prestação dos serviços, promovendo a substituição do colaborador ausente, em decorrência de causas imprevistas, excetuadas as férias, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, sem prejuízo à medição de resultados. As ausências não ensejarão pagamento por parte da Administração, ressalvadas aquelas legalmente previstas.

5.4. Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), no Decreto nº 10.936, de 2022, e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, a contratada deverá adotar procedimentos adequados de gestão de resíduos sólidos, contemplando o correto acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração, bem como a separação, identificação e destinação adequada dos resíduos reutilizáveis e recicláveis, de forma diferenciada, para fins de coleta seletiva ou de logística reversa, quando existente.

5.5. A execução dos serviços deverá priorizar a otimização do uso de recursos, a redução de desperdícios e a minimização da poluição, mediante a adoção de práticas sustentáveis, incluindo, dentre outras:

- I – racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- II – substituição, sempre que possível, por produtos atóxicos ou de menor impacto ambiental;
- III – utilização de produtos de limpeza e conservação que atendam às classificações e especificações estabelecidas pela ANVISA;
- IV – adoção de medidas voltadas à redução do consumo de energia elétrica e de água tratada.

5.6. A contratada deverá implementar programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, voltado à redução do consumo de energia e água e à diminuição da geração de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes, bem como promover capacitações periódicas em boas práticas de sustentabilidade, redução de desperdícios e prevenção da poluição ambiental.

5.7. Sempre que tecnicamente viável, deverá ser priorizada a utilização de água de reuso, águas pluviais ou de outras fontes alternativas, desde que certificadas como isentas de contaminação por metais pesados, agentes bacteriológicos ou outros contaminantes, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

5.8. No que se refere aos equipamentos utilizados na execução dos serviços, a contratada deverá observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, e demais normas correlatas, especialmente quanto aos limites de ruído durante o funcionamento, bem como respeitar as Normas Brasileiras (NBR) editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relativas à gestão de resíduos sólidos.

5.9. A contratada deverá fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) e demais equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços, garantindo condições adequadas de trabalho, com a disponibilização de mão de obra qualificada, produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos compatíveis com as exigências de ambientes médico-hospitalares, de modo a assegurar elevados padrões de higiene, salubridade e segurança nas dependências do GSAU-LS.

5.10. Nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 26 de agosto de 2017, a contratação refere-se a serviço de natureza continuada, essencial ao atendimento permanente das necessidades públicas e ao funcionamento regular das atividades finalísticas da Organização Militar, sendo executado de forma indireta, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

5.11. Em razão da natureza continuada do serviço, deverá ser adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como critério de reajuste contratual, na hipótese de prorrogação da vigência, observada a legislação aplicável.

5.12. Como requisito de habilitação técnica, a empresa interessada deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de atividade compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação.

5.13. O atestado de capacidade técnica deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: razão social da empresa emitente, endereço, identificação do responsável técnico, telefone para contato e descrição dos serviços executados, devendo ser acompanhado de cópias das respectivas notas fiscais, de forma a comprovar a legitimidade das informações apresentadas.

5.14. A empresa contratada deverá assegurar a qualidade dos serviços prestados, bem como assumir integral responsabilidade por todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e tributárias incidentes sobre a execução contratual, inclusive aquelas que venham a ser instituídas futuramente.

5.15. A contratada responderá por quaisquer danos, prejuízos, indenizações, inadimplementos contratuais, multas, ressarcimentos ou outros débitos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão própria ou de seus prepostos, desde que comprovadamente atribuíveis à sua responsabilidade, podendo tais valores ser descontados de seus créditos junto à CONTRATANTE, após regular apuração administrativa.

## 6. Levantamento de Mercado

6.1. Com base nos requisitos definidos neste Estudo Técnico Preliminar, foi realizado levantamento de mercado, com o objetivo de identificar e analisar as soluções disponíveis aptas a atender às necessidades operacionais relacionadas à contratação dos serviços de limpeza, conservação e desinfecção das instalações do Grupo de Saúde de Lagoa Santa (GSAU-LS).

6.2. O levantamento contemplou a análise da aderência técnica das soluções identificadas, sua conformidade com as especificações normativas e funcionais aplicáveis, bem como a compatibilidade dos preços praticados no mercado, considerando contratações similares realizadas por órgãos da Administração Pública e por instituições de natureza equivalente, de forma a assegurar a vantajosidade da contratação.

6.3. De forma complementar, foram considerados aspectos operacionais, socioeconômicos, ambientais e de sustentabilidade, com vistas a subsidiar a decisão administrativa de maneira integrada, em observância aos princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade e interesse público.

6.4. A análise das alternativas concentrou-se na verificação da capacidade de assegurar a continuidade dos serviços essenciais, da viabilidade técnica e operacional, bem como da adequação do modelo de execução às características do ambiente médico-hospitalar do GSAU-LS.

6.5. A partir do levantamento realizado, foram identificadas as seguintes soluções possíveis para atendimento da necessidade administrativa:

6.5.1. Execução direta: prestação dos serviços pela própria Administração, com utilização de recursos humanos e materiais próprios.

6.5.2. Execução indireta: prestação dos serviços por empresa especializada, nas instalações da CONTRATANTE, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, além de materiais, insumos e equipamentos necessários.

6.6. A execução direta mostrou-se inviável, tendo em vista a insuficiência e inadequação do efetivo disponível, a ausência de estrutura orçamentária própria para tal finalidade e a impossibilidade de capacitação ou contratação de pessoal próprio em tempo hábil, sem prejuízo às atividades finalísticas da Organização Militar.

6.7. Por outro lado, a execução indireta revelou-se plenamente viável e adequada, por atender aos requisitos técnicos, legais e operacionais, além de assegurar a continuidade, padronização e eficiência dos serviços, compatíveis com a complexidade dos ambientes assistenciais e administrativos do GSAU-LS.

6.8. No que se refere à forma de contratação, constatou-se que a licitação por meio de pregão eletrônico constitui a modalidade mais adequada à natureza do objeto, por possibilitar ampla competitividade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6.9. Considerando que o mercado disponibiliza, de forma consolidada, a prestação de serviços de limpeza hospitalar exclusivamente por meio de empresas especializadas, não tendo sido identificada solução alternativa capaz de atender às exigências técnicas, sanitárias e operacionais requeridas, a Administração opta pela execução indireta, mediante contratação de empresa especializada, por um período de 12 meses, poderá ser prorrogada, conforme disposto no art. 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021, mediante manifestação de interesse da Administração Pública.

6.10. Registra-se que o objeto da contratação encontra-se contemplado no Catálogo Eletrônico de Padronização de Serviços (CATSER), sob o código 24139, o que reforça a padronização do serviço, a aderência às diretrizes da Administração Pública Federal e a adequação da solução adotada.

6.11. Dessa forma, a solução selecionada atende ao interesse público, ao garantir condições adequadas de higiene e salubridade, reduzir riscos sanitários, preservar a continuidade dos serviços assistenciais e assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, contribuindo para o cumprimento da missão institucional do GSAU-LS.

## **7. Descrição da solução como um todo**

7.1. Segundo o entendimento do Tribunal de Contas da União, considera-se solução o conjunto integrado de todos os elementos necessários (bens, serviços, recursos humanos, materiais, insumos, equipamentos e demais meios) capazes de gerar, de forma coordenada, os resultados esperados para atender à necessidade que motivou a contratação.

7.2. Nesse contexto, o principal risco que se busca mitigar refere-se à adoção de uma solução fragmentada, decorrente de planejamento insuficiente, que resulte na contratação de apenas parte dos elementos necessários, comprometendo a efetividade do objeto e impossibilitando o pleno atendimento da necessidade administrativa identificada.

7.3. Em conformidade com o disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, o Estudo Técnico Preliminar deve evidenciar de forma clara o problema a ser resolvido e demonstrar a melhor solução dentre as alternativas possíveis, permitindo a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

7.4. No que se refere à evidência do problema, registra-se que a presente contratação não consta no Plano Anual de Contratações (PAC) do exercício de 2026, tendo em vista que a necessidade de instauração de novo processo licitatório decorre da decisão administrativa de não renovação do Contrato nº 005/GAPLS – GSAU-LS/2025. O referido instrumento encontra-se submetido a processo administrativo de apuração de irregularidades, em razão do descumprimento das obrigações pactuadas e do não atendimento às demandas contratuais. Assim, visando resguardar o interesse público e assegurar a continuidade do serviço, a Administração optou pela não prorrogação do ajuste, tornando necessária a realização de novo certame licitatório.

7.5. A interrupção ou descontinuidade desses serviços representa risco direto às atividades assistenciais e administrativas do GSAU - LS, tendo em vista a complexidade e criticidade dos serviços continuados de limpeza, conservação e higienização hospitalar, essenciais para a manutenção das condições adequadas de salubridade, controle de infecções, segurança sanitária e funcionamento regular das unidades de saúde.

7.6. Trata-se de serviços que exigem execução contínua, padronizada e tecnicamente qualificada, compatível com ambientes médico-hospitalares, incluindo áreas administrativas, assistenciais e setores críticos, demandando do fornecedor o cumprimento integral das obrigações contratuais, bem como a observância estrita aos Requisitos estabelecidos no Caderno de Especificação Técnica, especialmente quanto à capacitação da mão de obra, utilização de produtos saneantes adequados, fornecimento de materiais e equipamentos apropriados e adoção de protocolos específicos de higienização.

7.7. Diante do problema identificado, que evidencia a necessidade permanente de manter a limpeza adequada das dependências hospitalares para atendimento da demanda diária do GSAU-LS, torna-se imprescindível a adoção de uma estratégia de contratação eficiente, capaz de assegurar a continuidade do serviço, a disponibilidade ininterrupta dos insumos necessários e a alocação de profissionais devidamente capacitados e supervisionados.

7.8. A solução proposta deve, portanto, considerar o serviço de forma integrada, contemplando simultaneamente mão de obra especializada, materiais, produtos e equipamentos, de modo a garantir a regularidade da prestação, a mitigação de riscos sanitários, a eficiência operacional e o atendimento aos padrões exigidos para ambientes hospitalares, preservando o interesse público e a adequada prestação dos serviços de saúde.

## **8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

8.1. A contratação será realizada com base na área física a ser limpa e conservada, e, observadas as peculiaridades dos ambientes, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço, conforme Planilha de composição de serviço do Caderno de Especificação.

## **9. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 1.343.359,92

9.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 1.343.359,92 (um milhão trezentos e quarenta e três mil trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos).

## **10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

10.1. O objeto da contratação não será parcelado, sendo licitado em item único, de modo a abranger a prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização hospitalar como um conjunto integrado e indissociável.

10.2. A eventual divisão do objeto, seja por tipo de área, por imóvel ou ainda pela separação entre a prestação dos serviços (mão de obra) e o fornecimento de materiais e equipamentos, acarretaria inviabilidade técnica e econômica, com prejuízo à execução global do contrato e perda dos benefícios decorrentes da economia de escala. Ressalta-se que os materiais e equipamentos incluídos na contratação estão intrinsecamente vinculados à execução dos serviços, sendo essenciais para a obtenção dos resultados esperados.

10.3. Ademais, a retirada do fornecimento de materiais da responsabilidade da contratada inviabilizaria a adequada avaliação do desempenho da execução contratual, uma vez que a qualidade dos serviços prestados dependeria, em grande medida, da regularidade e tempestividade do fornecimento de insumos pela Administração, comprometendo a mensuração de resultados e a responsabilização da contratada.

10.4. Considera-se, ainda, que a Administração Pública não dispõe da mesma flexibilidade operacional da iniciativa privada para a aquisição imediata de materiais e serviços, em razão das exigências legais a que está submetida. Tal circunstância poderia ocasionar descontinuidade na prestação dos serviços diante da eventual falta de insumos, além de tornar a fiscalização mais onerosa e complexa, especialmente se houvesse múltiplos contratos decorrentes do parcelamento do objeto, o que se revela incompatível com o reduzido quadro de servidores disponível para a gestão contratual.

10.5. Sob o aspecto da gestão e da execução contratual, a contratação parcelada de soluções que, por sua natureza, demandam atuação integrada, frequentemente resulta em dificuldades operacionais, falhas na coordenação dos serviços e entraves na apuração de responsabilidades, comprometendo a eficiência e a efetividade da contratação.

10.6. Diante do exposto, conclui-se que a contratação de forma integral, contemplando a prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização hospitalar, com a inclusão de todos os materiais de consumo e equipamentos

necessários à execução do objeto, mostra-se a solução técnica e economicamente mais adequada, vantajosa e alinhada ao interesse público, atendendo de maneira eficaz às necessidades do Grupo de Saúde de Lagoa Santa (GSAU-LS).

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

11. Não serão necessárias contratações correlatas e/ou interdependentes para execução da Solução proposta.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

12.1. As contratações públicas no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER) são reguladas pela Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, do então Ministério da Economia, bem como pelo Manual de Contratações Públicas – MCA 172-4 (Módulo 3), os quais estabelecem as rotinas e os procedimentos a serem observados nos processos de aquisição e contratação no âmbito da Força Aérea Brasileira (FAB).

12.2. Nos termos da Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 11-1, que dispõe sobre a Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica, o planejamento institucional é estruturado em três níveis: Estratégico, Operacional e Tático. O nível tático concentra-se no detalhamento e na execução das ações decorrentes dos planos setoriais, possibilitando a elaboração do Programa de Trabalho Anual (PTA).

12.3. O Programa de Trabalho Anual (PTA) de cada Organização Militar, instituído pela Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) nº 11-293, constitui o instrumento legal que orienta, de forma integrada e articulada com o Manual de Procedimentos das Unidades de Apoio e Apoiadas (MCA 172-4/Digital) e com o Manual de Elaboração de Plano Setorial e Programa de Trabalho (MCA 11-1/2014), às ações a serem desenvolvidas pelo Grupamento de Apoio de Lagoa Santa (GAP-LS) no exercício correspondente.

12.4. O PTA consolida as diretrizes emanadas dos Órgãos Superiores, vinculando-as à missão institucional, às competências e à estrutura organizacional da OM, servindo como base para o planejamento e a execução das contratações necessárias ao cumprimento das atividades finalísticas e de apoio.

12.5. Nesse contexto, a contratação dos serviços continuados de limpeza, conservação e higienização hospitalar encontra respaldo nas diretrizes institucionais do COMAER, por se tratar de serviço essencial à manutenção das condições adequadas de funcionamento e estando alinhada às necessidades operacionais do GSAU - LS e aos objetivos institucionais do GAP-LS.

12.6. Nos termos da ICA nº 179-1/2020, as aquisições e contratações de serviços são objeto de acompanhamento sistemático por meio de reuniões periódicas de Prestação de Contas, com a participação dos gestores e do Comandante do GSAU - LS, nas quais são apresentadas as contratações planejadas e aquelas efetivamente executadas no período, garantindo transparência e controle administrativo.

12.7. As licitações são estruturadas e viabilizadas administrativamente com base na Previsão Orçamentária de Gastos, no Plano Anual de Contratações (PAC) e no Plano de Obras e Serviços de Engenharia (PPO), instrumentos previstos nos PTAs das Organizações Militares.

12.8. Registra-se que a presente contratação não constou originalmente do Plano de Contratações Anual (PCA), uma vez que a necessidade de deflagração de novo processo licitatório decorre da decisão administrativa de não renovação do Contrata nº 005/GAPLS – GSAU-LS/2025. Tal decisão fundamenta-se na existência de processos administrativos de apuração de irregularidades em curso, relacionados à execução contratual, os quais evidenciaram o descumprimento de obrigações pactuadas, inviabilizando a prorrogação do ajuste.



12.9. Ressalta-se que os referidos processos administrativos encontram-se devidamente registrados no sistema E-PAG, no âmbito do SILOMS, o qual permite o acompanhamento integral das evoluções processuais, assegurando transparência, rastreabilidade e controle dos atos administrativos praticados.

12.10. Dessa forma, ainda que a contratação não tenha sido prevista inicialmente no PAC, verifica-se que o processo licitatório está devidamente alinhado ao planejamento institucional do COMAER, às diretrizes superiores e às necessidades operacionais do GAP-LS e do GSAU-LS, atendendo aos princípios da legalidade, do planejamento, da transparência e do interesse público.

### **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

13.1. Garantia da adequada limpeza, conservação e higienização das instalações do Grupo de Saúde de Lagoa Santa (GSAU-LS), assegurando condições sanitárias compatíveis com ambientes médico-hospitalares, de modo a evitar riscos de contaminação, ocorrência de eventos adversos e quaisquer danos aos usuários, trabalhadores e ao meio ambiente, contribuindo para o pleno funcionamento da Organização Militar.

13.2. Redução do emprego de efetivo militar em atividades meio, com consequente direcionamento dos recursos humanos para as atividades finalísticas da Organização Militar, eliminando a necessidade de envolvimento direto em operações de limpeza, treinamento específico, aquisição de insumos, gestão de estoques e operação de equipamentos.

13.3. Incremento da economicidade, da eficiência administrativa e da operacionalidade, considerando que a contratação integrada dos serviços, materiais e equipamentos substitui a gestão fragmentada de bens e serviços, anteriormente adquiridos, armazenados e administrados de forma isolada, tais como maquinário, utensílios, peças, manutenção e capacitação.

13.4. Padronização dos procedimentos de limpeza, conservação e higienização no âmbito do GSAU-LS, em conformidade com o Caderno de Especificação Técnica, assegurando uniformidade na execução dos serviços, melhoria contínua da qualidade e maior facilidade no acompanhamento e fiscalização contratual.

### **14. Providências a serem Adotadas**

14.1 O Grupo de Saúde de Lagoa Santa deverá disponibilizar um local adequado para armazenar os equipamentos e utensílios da Contratada.

14.2 Deverá providenciar o acesso às dependências, de acordo com o Plano de Limpeza e Quadro de Trabalho, a fim de facilitar a execução dos trabalhos diários

14.3 Deverá disponibilizar local adequado para instalação dos kit's de diluição e dosadores, dispondo de ponto de água.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. De modo a reduzir, ou mesmo mitigar, possíveis impactos ambientais, a contratada deverá seguir critérios de sustentabilidade ambiental, pormenorizados em Tópico Específico no Caderno Especificação Técnica.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

**16.1.** Com base nos elementos anteriores e nos trabalhos realizados para a materialização do presente documento de Estudos Técnicos Preliminares realizado por esta Equipe de Planejamento, declaramos pela viabilidade da presente contratação.

**16.2.** Esta Equipe de Planejamento atesta que, para a elaboração deste documento, foram cumpridas fielmente as regras da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 e Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**WICTORIA APARECIDA DE OLIVEIRA**

Membro da Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 11:41:10.*

**VINICIUS GIOVANI VALOIS SANTOS**

Presidente da Equipe de Planejamento

**ANDERSON NEVES PEREIRA**

Agente de Controle Administrativo

**FREDERICO BICALHO DIAS DA SILVA**

Ordenador de Despesas Delegado do GSAU-LS



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico Preliminar Atualizado
Data/Hora de Criação:	22/04/2026 14:42:05
Páginas do Documento:	11
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	12
Hash MD5:	555c0c7bfc756838dae1a9b7c7a29965
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten WICTÓRIA APARECIDA DE OLIVEIRA no dia 22/04/2026 às 11:45:22 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten VINICIUS GIOVANI VALOIS SANTOS no dia 22/04/2026 às 13:13:49 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int ANDERSON NEVES PEREIRA no dia 23/04/2026 às 09:05:26 no horário oficial de Brasília.